

difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 1

POR UM ENSINO MÉDIO MAIS ATRAENTE



Gisela Tartuce e Marina Nunes:
escola mais atrativa aos jovens,
para que eles nela ingressem e nela
permaneçam.



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 2

Apresentada este ano pelo governo federal, a proposta do Ensino Médio Inovador pretende incentivar as redes a promoverem inovações pedagógicas nas escolas públicas a partir de uma rediscussão do currículo. Junto a isso, assistimos também ao novo Enem, que pretende ser um norte para este nível. Reconhecido como etapa final da educação básica somente no ano de 1996, o ensino médio brasileiro ainda não encontrou sua identidade. A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Gisela Tartuce, afirma em entrevista ao Suplemento do Professor, com co-autoria de Marina Muniz Nunes, também pesquisadora da FCC, que o Brasil deve repensar a tradição credencialista, que beneficia a formação superior. A seguir, leia a íntegra da entrevista.

Folha Dirigida – As matrículas no ensino médio tem caído nos últimos anos. Por que isso tem ocorrido?

Gisela Tartuce e Marina Muniz Nunes – O reconhecimento do ensino médio como etapa final da educação básica é recente em nossa sociedade: data da Lei de Diretrizes e Bases de 1996. As reformas dos anos 90 consolidaram a universalização do ensino fundamental e expandiram significativamente o acesso ao nível médio. Além disso, uma vez que o mercado de trabalho tem requerido a finalização desse nível de ensino como pré-requisito mínimo para se considerar uma pessoa qualificada, houve crescente demanda dos jovens por maior escolaridade e, com isso, expressivo aumento de matrículas no ensino médio. De fato, de um total aproximado de 5 milhões de matrículas no ensino médio regular em 1996, há um salto para mais de 8 milhões em 2002, representando uma evolução de mais de 50%. Porém, a partir de então, há inflexão nessa demanda, com queda acentuada de matrículas. Essa queda não é igual em todos os estados brasileiros e em todas as faixas etárias: ela foi maior nos estados do Sul e Sudeste e nos grupos acima de 17 anos. De todo modo, algumas razões podem ser apontadas para explicar essa tendência: em primeiro lugar, os índices de abandono e reprovação vêm crescendo no ensino fundamental, o que reduz o número de concluintes habilitados a cursar o nível médio. Sabe-se, também, que a expansão do sistema na década de 90 se fez em detrimento da qualidade do ensino, o que é rapidamente atestado pelo desempenho insatisfatório obtido pelos estudantes nas avaliações nacionais e internacionais. Mas,



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 3

mais do que isso, a escola ainda não conseguiu tornar-se atrativa para os jovens: eles não se sentem motivados a aprender, seja por causa da forma como os conteúdos são transmitidos, pelas relações estabelecidas com o espaço físico, com os professores e com os próprios alunos. Várias pesquisas já revelaram o descompasso existente entre a escola e os jovens: esses últimos têm uma vida exterior que não se apaga no momento em que adentram os muros escolares, ou seja, trazem consigo suas experiências adquiridas em outros espaços (trabalho, rua, associações, etc.); no entanto, como os jovens são vistos basicamente por sua condição de estudante, cria-se um distanciamento entre eles e a escola que produz desinteresse, fracasso escolar e, no limite, a própria violência. Esse distanciamento e a descrença nas promessas acenadas pela instituição podem levá-los a migrar para a Educação de Jovens e Adultos ou para a Educação Profissional, de modo a conseguir uma diplomação mais rápida. Ao mesmo tempo, essa não atratividade da escola pode estar fazendo com que os jovens busquem outros espaços de aprendizagem e socialização em meio a tantos outros com os quais a escola tem que concorrer. Mas nem sempre esse espaço é o do trabalho: estudos clássicos já desmistificaram a idéia de que é o trabalho que expulsa os jovens da escola; muitas vezes, são os seus mecanismos internos os responsáveis pelas altas taxas de evasão, especialmente entre os alunos que trabalham. A questão da permanência na escola também é agravada pelo aumento da repetência, que continua sendo um marco do quadro educacional brasileiro. De qualquer maneira, muitas pesquisas ainda precisam ser realizadas para mapear o fenômeno de queda de matrículas no ensino médio.

Folha Dirigida – Há uma identidade ou finalidade definida para o ensino médio? É possível pensar em um modelo único para esse nível de ensino?

Gisela Tartuce e Marina Muniz Nunes – Além desses problemas de cobertura, permanência e qualidade, o ensino médio continua enfrentando a eterna questão sobre sua identidade. Depois de mais de 30 anos do fracasso da Lei 5692/71, que instituiu a profissionalização compulsória em todas as escolas de ensino médio, a polêmica em torno da finalidade desse nível de ensino – formar para a continuidade dos estudos ou para o mercado de trabalho – continua a existir. Em 1996, a nova LDB determinou que o objetivo principal da educação básica seria a formação geral do jovem cidadão, dando-lhe bases para prosseguir estudando e entrar no mundo no trabalho, com competência e autonomia. A formação profissionalizante, caso ocorresse, seria ofertada concomitante ou sequencialmente, em redes paralelas de ensino. A partir de 2004, nova legislação federal permite que o ensino profissional, mais uma vez, seja ofertado de forma integrada ao regular, em uma mesma matrícula. Assim, embora haja várias iniciativas estimulando a continuidade



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 4

dos estudos dos jovens no ensino superior – ações como o ProUni e, agora, o Novo ENEM –, o governo acena com a possibilidade de diversificação desse nível de ensino. Essa questão é bastante polêmica, porque há, no Brasil, uma valorização muito grande do curso superior. Somos um país credencialista, que privilegia a formação geral e acadêmica, e desvaloriza o ensino técnico. Assim, existe no imaginário social a idéia de que todo jovem deve ir para o ensino superior. Ora, se todo jovem deve ter o direito de ir para esse nível de ensino, isso não significa que todos queiram ou devam fazê-lo. Pode haver outras trajetórias possíveis, que deveriam ser tão valorizadas quanto a passagem pelo curso superior acadêmico/tradicional.

Folha Dirigida – O Programa Ensino Médio Inovador, proposto atualmente pelo Ministério da Educação, pode contribuir para definir essa identidade?

Gisela Tartuce e Marina Muniz Nunes – Pensamos justamente que a questão da identidade do ensino médio passa pela questão da diversificação dos percursos possíveis para o jovem que chega a esse nível de ensino. Se, consoante à LDB, existe um consenso de que seu foco deve ser a formação do cidadão, seja para continuar os estudos ou integrar-se no mundo do trabalho, deve haver uma discussão sobre as maneiras de se formar esse cidadão, que não é um ser abstrato, mas tem suas especificidades em função da região onde ele mora, entre outros aspectos. Ou seja, se há uma finalidade única do ensino médio em nível nacional, talvez não haja apenas uma única identidade. Pensamos que é perigoso o foco excessivo no vestibular, pelas razões apontadas acima. Achamos interessante a possibilidade de diversificação de trajetórias no próprio ensino médio – propiciada pelo ensino médio integrado, por exemplo – como também, depois dele, em cursos pós-médio. O Programa do Ensino Médio Inovador não enfrenta muito essa questão; apenas diz que a identidade desse nível de ensino “se define pela superação do dualismo entre propedêutico e profissionalizante”, o que não difere muito do que se propôs na LDB e não esclarece como realizá-la.

Folha Dirigida – Qual deve ser a orientação curricular para o ensino médio?

Gisela Tartuce e Marina Muniz Nunes – A discussão sobre a organização curricular do ensino médio é um dos principais pontos do documento Ensino Médio Inovador, e está fortemente relacionada com o tema da diversidade, apontado na questão anterior. A LDB de 1996 já previa que a democratização do acesso implicaria maior heterogeneidade do corpo discente. A mudança do perfil do alunado traria conseqüências para o currículo, para os métodos pedagógicos e para a formação dos professores que iriam lidar com um público cada vez mais diverso e sem histórico



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 5

familiar de freqüência a esse nível de ensino. Assim, a LDB propôs uma estrutura curricular em que parte dos conteúdos ficaria sob a responsabilidade das unidades escolares, de modo a contemplar as necessidades regionais, locais e dos alunos. Também sugeriu uma organização curricular por área de conhecimento e baseada em competências, para substituir o currículo tradicional, considerado “conteudista”. O Programa do Ensino Médio Inovador vai na mesma direção – fala em conteúdos, competências e habilidades –, mas não faz menção às Diretrizes Curriculares Nacionais para discutir a “nova” organização do currículo, que deve assumir “formas diversas e contextualizadas”. Se parte da reforma dos anos 90 não se consolidou porque a estruturação do currículo por áreas de conhecimento e por competências não se efetivou na prática – já que os professores não foram formados para trabalhar nesses moldes –, o novo documento do governo não enfrenta essa questão. Ele faz alusão ao protagonismo e à cultura juvenis, à interdisciplinaridade e a inovações pedagógicas, visando tornar a aprendizagem significativa para os jovens, mas ele não dialoga com as Diretrizes ou com os Parâmetros Curriculares Nacionais, ficando difícil visualizar, na prática, por que e como ele é inovador. Não pensamos que uma forma de organizar o currículo – por áreas ou por disciplinas – seja melhor do que outra, e os riscos são diferentes em cada uma delas. Da mesma forma, a formação de competências não está desvinculada dos conteúdos a serem ensinados. A questão crucial é que a formação dos professores nas faculdades de pedagogia seja consoante ao currículo que se quer oferecer aos jovens. Sem isso, a equação não fecha. Além disso, é muito importante levar em conta a diversidade dos sujeitos, as especificidades regionais e a autonomia da escola para que ela possa adequar o currículo à sua realidade. O Documento parece ser interessante justamente quando acena com a possibilidade de diversificação de itinerários, ao propor que o ensino médio tenha “uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas de formações específicas: no trabalho, como formação profissional; na ciência, como iniciação científica; na cultura, como ampliação da formação cultural”. A possibilidade acenada com 20% da carga horária total do curso para atividades optativas e disciplinas eletivas é importante, mas essa proposição também não parece diferir muito do que já estava nas reformas dos anos 90.

Folha Dirigida – Quais são os maiores desafios do ensino médio?

Gisela Tartuce e Marina Muniz Nunes – Várias pesquisas têm revelado que os jovens brasileiros valorizam a escola e o trabalho; estes, contrariamente ao senso comum, são referência central de seus interesses e preocupações. Esse interesse pela educação pode ter um valor heurístico ou estar atrelado às preocupações relacionadas ao mercado de trabalho, pois os jovens sabem – a partir



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 6

das diversas redes sociais pelas quais circulam – que o ensino médio deixou de ser mecanismo de distinção atualmente e é o mínimo de escolaridade exigida pelo mercado. Mas, se é assim, por que eles desistem ou não procuram a escola? Os dados sobre queda nas taxas de matrícula e aumento da repetência nos fazem acreditar que o principal desafio do ensino médio é tornar a escola mais atrativa aos jovens, para que eles nela ingressem e nela permaneçam. O que fazer para tanto? Muita coisa! Mas podemos apontar pelo menos uma, derivada de uma pesquisa na qual estamos atualmente envolvidas, encomendada pelo MEC-BID e realizada pela Fundação Carlos Chagas e Instituto Protagonistas: uma das práticas recorrentes em boas escolas de ensino médio diz respeito às altas e positivas expectativas dos professores em relação ao seu alunado: os docentes têm uma boa imagem de seus alunos, acreditam no seu potencial de aprendizado e também que eles irão continuar os estudos. Ao mesmo tempo, temos o relato de um aluno que diz: “*a escola não está dentro deste mundo que ele [o jovem] quer conhecer*”. Qual é este mundo? Se a escola (e o currículo) não podem se submeter apenas ao que o jovem deseja, ela também não pode ficar alheia às suas expectativas e demandas sociais e culturais. Nesse sentido, entra aqui a questão da relação da escola com o trabalho. A LDB de 1996 reconhece essa articulação, mas afirma que não se trata de preparar o aluno para o trabalho, mas sim para a vida, na qual aquela dimensão está incluída. Preparando para a vida, ou seja, construindo com os estudantes – vistos também na sua dimensão juvenil – condições deles se apropriarem de uma aprendizagem significativa em suas vidas (em termos científicos, tecnológicos e culturais) e se formarem como cidadãos ativos, a escola certamente lhes daria maior disposição e capacidade para aumentar seu nível de aspiração, perseguir um projeto de vida e construir uma identidade pessoal que, para os jovens brasileiros, parecem ainda passar pela dimensão do trabalho. Ou seja, embora não se trate de uma relação linear, já que a escola não deve preparar o aluno apenas para o trabalho, ela pode estabelecer relações com essa esfera. Mesmo que a escola pública esteja distante ainda dessas possibilidades, acreditamos que o fato de nela permanecer por mais tempo dá novas e outras condições de empoderamento para seus jovens alunos. Daí a importância de políticas públicas que favoreçam o acesso e a permanência do jovem na escola. Com qualidade, é claro.

Folha Dirigida – As sras. acreditam que a proposta do novo ENEM indica um caminho adequado para o ensino médio?

Gisela Tartuce e Marina Muniz Nunes – A nova proposta do MEC para o Novo ENEM, divulgada em meados de 2009, amplia consideravelmente os objetivos dessa avaliação. Os objetivos originais eram aferir o nível de desempenho de alunos ao final da escolaridade básica, segundo



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • outubro/2009 • página 7

uma estrutura de competências associadas a conteúdos curriculares e identificar e dimensionar as lacunas desse nível de ensino subsidiando a orientação de políticas públicas educacionais. Incorporou-se, ainda na proposta anterior, com criação do Prouni, a utilização dos resultados do ENEM como critério de distribuição de bolsas de estudos. Segundo a portaria que implementa o programa Novo ENEM, o exame passa atender a mais sete objetivos além da avaliação dos egressos. Entre as principais atribuições do Novo ENEM, estão: propiciar uma auto-avaliação aos egressos tendo em vista suas escolhas futuras; servir de critério para continuidade de estudos constituindo-se em uma alternativa para acesso aos cursos profissionalizantes e/ou pós-médios, bem como à seleção de candidatos para o ensino superior; promover a certificação de conclusão do ensino médio para os egressos de cursos de educação de jovens e adultos (EJA); e avaliar escolas de ensino médio em função do desempenho dos alunos. A partir de 2010, está previsto que se torne um exame nacional obrigatório que deverá certificar também a conclusão do ensino médio em nível nacional. Além disso, pretende-se que esse novo formato de exame ajude a “enxugar” o currículo do ensino médio, considerado por muitos como excessivamente extenso para três anos. Essa multiplicidade de objetivos levanta dúvidas sobre qual será o caráter predominante desse novo modelo e quais objetivos serão priorizados nesse processo. A discussão sobre o currículo do ensino médio embutida na proposta do Novo ENEM ainda é colocada de forma frágil, mas levanta a perspectiva de uma discussão de um currículo unificado, induzindo sua adoção em todo território nacional. Tal como foi apresentada, a matriz do Novo ENEM encontra-se organizada por eixos – que se assemelham às antigas áreas – mas, como para serem desenvolvidos eles implicam, necessariamente, os conteúdos disciplinares, a matriz indica conteúdos. Ao não especificar melhores conteúdos, ela continua muito abrangente e pouco definida no sentido de orientar estruturas curriculares escolares. Definir um currículo menos extenso é uma tarefa difícil e delicada, que merece a atenção dos especialistas da área. Se o ENEM pretende ocupar o lugar dos principais vestibulares como indutor de currículo, sua matriz merece ser amplamente discutida, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador, com os diferentes segmentos envolvidos na etapa final da educação básica e também no nível superior de ensino. Nessas condições, talvez ele possa apontar um rumo interessante para o ensino médio. ✕

Entrevista concedida ao jornal Folha Dirigida, outubro de 2009.